

**ASPECTOS LEGAIS PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
PENSANDO UMA EXTENSÃO COM AS ESCOLAS DE CLÁUDIO-
MG.**

Autor 1: Prof. Frederico Cordeiro Martins¹

Autor 2: Prof. Dr Jairo Barduni Filho²

Autor 3 Prof. Me. Márcio Pereira³

RESUMO

Nos últimos anos a sociedade vem acompanhando verdadeiros desastres ambientais, se por um lado o discurso se concentra no que se convencionou chamar de aquecimento global, sabemos que esse aquecimento é parte de um conjunto de outros problemas produzidos pelo capital no desejo de sua reprodução acelerada e para sua manutenção sem nenhuma preocupação com o meio ambiente. O meio ambiente, além de sofrer com os impactos de ações climáticas, tem sido deteriorado historicamente pelo descarte incontrolado do lixo residual doméstico e industrial. O projeto de tratamento de resíduos sólidos em sua vertente educacional possui o objetivo de diagnosticar e pensar a implementação de ações nas escolas do município de Cláudio-MG, no intuito de concretizar o desejo tanto do poder administrativo local quanto institucional, Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG-Cláudio bem como da Faculdade de Políticas Públicas (FAPP) de Belo Horizonte de tornar existente o cuidado com o descarte do lixo neste município. As ações educativas são o foco de nossas ações extensionistas tendo em vista a importância de diagnosticar e agir neste campo como sendo um dos responsáveis pelo processo de conscientização de preservação do meio ambiente. Pretendemos acionar através de uma rede institucional e com diferentes protagonistas um fazer ambiental, no qual a formação, a preservação e a conservação se

1 Prof. do curso de Administração e Ciências Contábeis da Unidade de Cláudio/UEMG – frederico.martins@uemg.br

2 Prof. do curso de Pedagogia da Unidade de Cláudio/UEMG – jairobardunifilho@gmail.com

3 Prof. do curso de Pedagogia da Unidade de Cláudio/UEMG – marcio.marcio@uemg.br

apresentam como elementos centrais de realização a curto, médio e longo prazo. Assim a ideia principal é que possamos, no âmbito da Educação Ambiental, diagnosticar e gerar possibilidades de atividades extensionistas para as escolas do município de Cláudio-MG.

Palavras-chave: Meio ambiente, gestão ambiental, resíduos sólidos, educação ambiental.

ABSTRACT

In recent years society has been following real environmental disasters, if on the one hand the discourse focuses on what is conventionally called global warming, we know that this warming and part of a set of other problems produced by capital in the desire for its accelerated reproduction and for its maintenance without any concern for the environment. The environment, besides suffering from the impacts of climate actions, has been historically deteriorated by the uncontrolled disposal of domestic and industrial waste. The solid waste treatment project in its educational aspect aims to diagnose and think the implementation of actions in the schools of the municipality of Cláudio-MG, in order to concretize the desire of both local and institutional administrative power, State University of Minas Gerais - UEMG-Cláudio as well as the Faculty of Public Policies (FAPP) of Belo Horizonte to make existing the care with the waste disposal in this municipality. Educational actions are the focus of our extension actions in view of the importance of diagnosing and acting in this field as one of the responsible for the process of awareness of preservation of the environment. We intend to activate through an institutional network and with different protagonists an environmental work, in which the formation, preservation and conservation present themselves as central elements of accomplishment in the short, medium and long term. So the main idea is that we can, within the scope of Environmental Education, diagnose and

manage possibilities of extension activities for schools in the municipality of Cláudio-MG.

Keywords: Environment, environmental management, solid waste, environmental education.

INTRODUÇÃO

A ideia de construção de pesquisa científica interdisciplinar e interinstitucional surge de uma concepção contemporânea de produção de conhecimento, onde a reciprocidade se torna presente entre os pesquisadores e instituições, envolvendo trabalho em grupo, colaboração e parceria na busca de uma investigação detalhada através do compartilhamento de experiências, objetivos e problemas. Segundo Veiga (2009):

“A pesquisa interinstitucional entre professores-pesquisadores e alunos de diferentes instituições de educação superior tem surgido como resposta às transformações sociais, políticas, culturais e tecnológicas que colocam em discussão as formas conservadoras e individualistas de produção de conhecimento e desenvolvimento profissional de professores.” (p. 3)

A interdisciplinaridade na pesquisa busca a correta contextualização de certas realidades marcadas pela complexidade, pois na maioria das vezes não podem ser explicadas por uma única disciplina. Conforme cita Maranhão (2010):

“A prática interdisciplinar de pesquisa ocorre em meio a diversos contextos no âmbito da história e consiste num empreendimento coletivo (e controverso) para conhecer as realidades². Tal contexto, caracterizado pela *complexidade* (Baumgarten, 2006; Floriani, 2006; Zellmer *et al*, 2006), indica a necessidade de novas explicações científicas multidimensionais de médio e longo alcance (Baumgarten, 2006: 16-17), principalmente quando se investigam *objetos complexos*, que escapam às explicações de uma única disciplina (Floriani, 2006: 72).”

Diante da complexidade de que se trata o tema meio ambiente, encontra-se na cooperação científica entres pessoas e instituições de diversas áreas de conhecimento, a correta investigação das prováveis soluções para os problemas advindos do uso de recursos naturais.

Com este espírito de cooperação e troca de experiências surgiu a ideia de desenvolvimento do projeto de tratamento de resíduos sólidos do município de Cláudio-MG, pela Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG, Unidades Cláudio e Faculdade de Políticas Públicas (FAPP) de Belo Horizonte, contemplando as áreas de conhecimento de ambas. Um primeiro momento de troca de informações sobre as necessidades já conhecidas do município quanto às políticas públicas de gestão ambiental foi o ponto chave da união interinstitucional e interdisciplinar.

Estabelecido o grupo inicial de trabalho, o projeto foi provisoriamente intitulado de “Gestão de Resíduos Sólidos - Projeto Cidade de Cláudio”, estabelecidas as diretrizes de pesquisa pautadas nos temas: Política e Estrutura Legal; Arranjo Institucional (Governança Corporativa); Gestão Operacional; Tecnologias Apropriadas Gestão Financeira e Orçamentária; Participação e Conscientização Pública e Educação, que se apresenta neste artigo como o primeiro trabalho oriundo deste macro projeto.

A educação neste caso seria uma vertente do projeto que visa a conscientização tanto dos alunos das escolas de Cláudio quanto de suas famílias, entendendo que o processo de extensão poderá se estender as famílias bem como até mesmo aos próprios catadores da cidade de Cláudio.

METODOLOGIA

A investigação que está em seu começo partiu de uma revisão bibliográfica sobre o assunto - Educação ambiental e, após esta primeira etapa que será melhor apresentada na análise e discussões, partimos para gerar um plano futuro de diagnóstico com as escolas do município de Cláudio-MG para saber como as escolas deste município pensam e trabalham com o tema em suas ações pedagógicas.

Assim, a investigação que projetamos para começar no segundo semestre de 2018, ocorrerá com as escolas da rede pública de educação da cidade de Cláudio, por meio da análise da pesquisa documental, no caso, análises de conteúdo (livros didáticos, Plano Político Pedagógico (PPP) e currículo escolar). Paralelamente serão realizadas algumas entrevistas/conversas com os sujeitos (alunos) no intuito de saber deles o que têm visto e apreendido na escola sobre o assunto meio ambiente.

Entende-se a entrevista como sendo um gênero discursivo no qual se pode pensar nas redes de significados, interações, invenções infantis e a importância dada ao tema do Meio Ambiente que certamente pode ser evidenciada na relação entre o interlocutor e o destinatário. Logo, as entrevistas irão fornecer base para a análise de conteúdo que seria o método de estudo dos conteúdos em comunicação, ou seja, da presença de determinadas palavras, das verdades contidas nestas, em suas repetições etc.

É de conhecimento do desenvolvimento de um projeto, informação dita pela secretaria do meio ambiente da prefeitura de Cláudio, Maria Helena Gonçalves Mitre Amorim, que as escolas, em parceria com a secretaria, já trabalham com o tema meio ambiente, duas vezes ao ano, no sentido de conscientização deste conteúdo nas escolas. Assim, a proposta é a de diagnosticar este trabalho. Como ele é feito? De que modo é desenvolvido? O que se tem produzido desta ação? O objetivo é saber se, de fato, esta conscientização é algo possível de ser mensurada pelas entrevistas e se os alunos e alunas possuem compreensão do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até o presente momento, já aconteceram três reuniões do projeto de tratamento de resíduos sólidos do município de Cláudio, a primeira aconteceu na cidade de Belo Horizonte, na Faculdade de Políticas Públicas (FAPP-UEMG). Naquele momento, estiveram presentes os representantes da Unidade da UEMG-Cláudio para definirmos em conjunto com os professores da FAPP os eixos de extensão.



Imagem 1 (Encontro de professores da UEMG-Cláudio com os professores da Faculdade de Políticas Públicas (FAPP) em Belo Horizonte em junho de 2018).

A segunda reunião ocorreu na prefeitura da cidade de Cláudio, a reunião contou com a presença dos catadores, a equipe da UEMG-Cláudio, do prefeito, da secretaria do meio ambiente e vereadores da cidade. O objetivo do encontro foi de conversar com os catadores na tentativa de convencimento para a associação de catadores, saímos da reunião com uma expectativa boa de adesão dos catadores.



Imagem 2 (Encontro da equipe UEMG com os catadores, secretaria do meio ambiente, vereadores e outros convidados em julho de 2018).

contudo, no terceiro encontro que ocorreu entre os catadores e vereadores para que a conversa avançasse no sentido de ouvi-los para que o processo ocorresse de acordo com a demanda deles, ficamos sabendo que apenas três catadores compareceram. A próxima reunião está marcada para o dia 01 de agosto na sede da UEMG-Cláudio.

Para a próxima reunião, pedimos a presença de uma representante da Secretaria de Educação para tentarmos articular um modo de diagnosticar como o trabalho em prol da educação ambiental tem sido praticado pelas escolas e se tem ocorrido essa extensão de conscientização nas famílias dos educandos.

BREVE CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A DIFÍCIL TAREFA DE TRABALHAR EM PROL DO COLETIVO.

O processo de industrialização e o estilo de vida capitalista trouxeram mudanças profundas para o modo como nos relacionamos com a natureza e com o outro. Apesar de ainda enxergarmos a questão ambiental como algo fora de nós, que trata do impacto da ação do homem sobre a natureza e como essa tem se reorganizado para resistir a essa

intervenção, é fato que o homem é parte da natureza, toda e qualquer ação que venha a afetá-la de algum modo, vai determinar mudanças também na sociedade.

A Educação Ambiental tem sido sujeito de pesquisas onde se procura compreender e questionar as metodologias aplicadas em suas atividades com objetivo de construir diferentes possibilidades de interações sociais. As ações da Educação Ambiental são pensadas a partir de um olhar voltado para um fazer ambiental, no qual a formação, a preservação e a conservação se apresentam como centrais. Trata-se de pensar o meio ambiente enquanto sendo o cuidado de si e do outro, cuidando do meio ambiente eu cuido de mim e do outro que também é parte deste coletivo. Além disso, a educação ambiental é uma intervenção no mundo, uma forma de desmascarar a ideologia dominante de evolução que confunde o senso comum em discursos romanceados de um capitalismo destituído de sua responsabilidade social. Segundo Freire (2013): “É uma imoralidade, para mim, que se sobreponha, como se vem fazendo, aos interesses radicalmente humanos, os do mercado” (p.98).

Freire (2017) ainda nos fala que: “(...) através de sua ação sobre ele (o mundo), o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação” (p.26), isso nos faz refletir sobre a necessidade do uso sustentável dos recursos naturais e da terra, e principalmente sobre a maneira como as relações humanas são afetadas em todo esse processo.

No Brasil o Movimento Ecológico vai ganhar força em plena ditadura, na década de 1970. Em um país em que o manejo racional dos recursos naturais nunca foi uma tradição, a industrialização e a abertura da economia ao capital estrangeiro tiveram consequências devastadoras.

No país foi criada em 1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente, aparentemente mais por pressão do Banco Mundial e de organizações voltadas para a questão ambiental que por interesse real no tema. Propôs que as instituições governamentais de Educação no Brasil deveriam promover a Educação Ambiental, mas, diante do quadro político vigente desfavorável (...) a Educação Ambiental foi vista como um processo de natureza revolucionário-subversiva e foi devidamente congelada. (...) os interesses políticos e econômicos das nações mais ricas poderiam ser “afetados”

por um tipo de educação que poderia proporcionar às pessoas uma nova visão de mundo.

Realizado em 1975, na Iugoslávia, a Conferência de Belgrado estabeleceu no documento conhecido com Carta de Belgrado os princípios e orientações para um programa de Educação Ambiental, com características multidisciplinares, baseadas nas diferenças regionais e com foco nos interesses nacionais, por se tratar de um dos mais fundamentais elementos de enfrentamento das questões ambientais com possibilidade de desenvolvimento de novas habilidades, competências, atitudes e valores para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, suas relações com a ecologia e, principalmente das pessoas entre si. Uma das mais importantes metas é a formação de uma população consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados, e que tenha conhecimento, aptidão, atitude, motivação e compromisso para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para prevenir novos.

A própria Carta de Belgrado estabelece que a Educação Ambiental deve considerar o ambiente em sua totalidade – natural e criado pelo homem, ecológico, econômico, tecnológico, social, legislativo, cultural e estético, como processo contínuo, permanente, tanto dentro como fora da escola e deve adotar um método interdisciplinar.

Uma das conferências mais importantes sobre o meio ambiente ocorreu em Tblisi na Geórgia em 1977, esta conferência representou um momento de entendimento do que vem a ser educação ambiental, algo, aliás, apropriado pelo Ministério da Educação em sua posição signatária deste encontro, pois, mesmo não tendo participado do encontro, o Brasil produziu inspirado nas discussões do encontro o primeiro documento oficial para a educação ambiental do país.

Deste modo, como aponta Bovo (2007), no Brasil, ocorreu a promulgação da primeira lei que instrumentaliza a educação ambiental, lei (Lei federal 6.938/81). Este instrumento legal versa sobre as escolas precisarem trabalhar o tema da EA integrada aos programas educacionais.

Ainda de acordo com Bovo (2007), no viés de movimento pró meio ambiente, temos os efeitos da Rio-92 que, por exemplo, lançou a carta da terra, que entre outros pontos que versam esse documento, é apontado o direito que todo cidadão possui de ter

uma vida saudável e ter uma vida saudável é viver em um ambiente cuidado, com o lixo devidamente tratado. Um ambiente no qual tanto as indústrias se tornariam instituições preocupadas com o meio ambiente como os cidadãos ordinários, nossos vizinhos, nossos parentes, nossos professores e amigos da escola.

A Educação Ambiental, ao ser destacada pela Rio-92, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), propôs um padrão de desenvolvimento conciliando métodos e práticas ambientais com objetivos de promover a justiça social com eficiência econômica.

Além desse evento, foi realizada a primeira jornada internacional de educação ambiental e o workshop sobre educação ambiental, organizado pelo MEC, dando origem a três documentos - Agenda 21, carta brasileira para a educação ambiental e o tratado de Educação Ambiental sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Ações que, fortalecidas pelo grupo de trabalho para a educação ambiental no âmbito do MEC e pela elaboração dos parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que sugerem o meio ambiente como um dos temas transversais.

De fato, um dos documentos legais de maior impacto no currículo escolar, os (PCN's), instituídos pela Secretaria de Ensino Fundamental, do Ministério da Educação, em seus temas transversais de 1997, passam a orientar metodologicamente a implantação do tema nas escolas. Logo depois, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, criou a Política Nacional de Educação Ambiental. De acordo com Bovo (2007):

Os parâmetros Curriculares Nacionais sugerem que o tema Meio Ambiente seja trabalhado transversalmente na Educação, ou seja, propõem que as questões ambientais permeiam os objetivos, conteúdos e orientações didáticas em todas as disciplinas, no período da escolaridade obrigatória. Ao mesmo tempo, na perspectiva da nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96) há indicação de mudanças curriculares no ensino formal; a Educação Ambiental pode ser apresentada em outros níveis de ensino. (p.6).

Em 2002 se instituiria uma política nacional de educação ambiental que a institucionaliza, localiza seus princípios e apregoa a necessidade de interação entre os sistemas educacionais e os setores públicos e privados. (GONÇALVES e DIAS, 2018). O que se espera é que a Educação Ambiental escolar seja desenvolvida mediante práticas que integram humanidade e ambiente num processo prazeroso e lúdico em que

as interações educativas estão relacionadas com aspectos bióticos e abióticos do meio.

Os adultos de hoje não sabem administrar a herança deixada pela era industrial e, como não conseguem limpar a casa, a esperança fica com a próxima geração, aquela que ainda frequenta os bancos escolares. A sociedade mostra que educação ambiental não se aprende (ou não é ensinada) em casa. É só observar por alguns minutos o trânsito fluir numa rua e contar quantos papéis e de cigarros são jogados na mesma. Ou ir à praia e ver onde os banhistas jogam o lixo. Então, dê uma olhada no cesto de lixo de sua casa e repare como você também não separa o seu próprio lixo, ou seja, falta que nos apliquemos o ABC da reciclagem. Bom, você dirá que a prefeitura não tem nenhum programa sério de reciclagem. O fato é que quem se omite e lava as mãos na frente dos filhos, hoje, formará mais um adulto porcalhão daqui há pouco tempo. A questão do lixo doméstico não é a única, nem é o mal maior se considerarmos a poluição industrial, os resíduos químicos despejados nos córregos, rios etc.

Se a escola pretende estar em consonância com as demandas atuais da sociedade, é necessário que trate de questões que interferem na vida diária, contribuindo para a formação e pleno reconhecido, ou seja, a educação ambiental deve ser um processo permanente, no qual a sociedade deve tomar e adquirir conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que nos tornem aptos a agir em prol do cuidado com o meio ambiente. Para isso, é preciso que o currículo, um dispositivo de poder no ambiente educacional contemple a discussão de Meio Ambiente em diálogo com as disciplinas escolares e não apenas aparecendo a discussão duas vezes por ano.

Por último, não poderia deixar de apontar para a reforma da Base Nacional Comum Curricular que parece ser o assunto do momento nas escolas, o documento é o que define o que os alunos aprenderão como aprendizagens essenciais a todos os alunos da educação básica além de ser uma referência obrigatória para formulação dos currículos, de acordo com o documento, seria uma reforma para direcionar na educação brasileira a formação integral do aluno e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. São diversos os pontos de vistas em relação a este documento, e, em visita a duas escolas públicas de Cláudio-MG, por ocasião do estágio obrigatório das alunas da Pedagogia, pude ouvir de duas diretoras que as escolas já estão se preparando para tal mudança. Em fala de uma delas, o documento a nível fundamental

preconiza o trabalho com valores o que a escola já faz, me parece que seria um reforço dos valores humanos, democráticos e inclusivos.

E, se a Base preconiza os valores, a integralidade da formação, então o trabalho com os temas tidos como transversais, no caso, o meio ambiente deve se tornar um dos temas a serem trabalhados pedagogicamente pela professora independente se a escola possui dia de trabalho comemorativo do meio ambiente. A Base Nacional Comum Curricular recebido por uma das diretoras da Secretaria de Educação foi gentilmente cedido a mim nesta visita, e, aponta para dez competências gerais para cumprir com as dimensões cognitiva, social, emocional, cultura e física, entre os dez, o sétimo me chamou atenção, este diz assim:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideais, pontos de vista e decisões comuns que respeitam e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com **posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.** (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, 2018 p.9)

Assim, é possível que com esta competência em destaque, as escolas trabalhem concretamente o tema da preservação do meio ambiente, isso, claro, entendo que se trata de uma letra prescritiva, ou seja, no plano ideal já que é preciso esse olhar averiguador para nos certificarmos esta ação acontecendo.

Também é algo interessante de se observar, é se os livros didáticos, com a nova base, irão se adequar a esse tema de modo a trazê-lo como protagonista da aprendizagem. Contudo, como já foi dito, muitas são as críticas e desconfianças do impacto desta política atual do MEC. Uma delas foi feita pelo professor Freitas (2017) ao dizer que:

Antes da BNCC os editores (e professores) tinham uma margem de manobra maior na questão do conteúdo, agora, além dos conteúdos definidos (baseados em competências) terão ainda definido o próprio sequenciamento dos conceitos envolvidos nos conteúdos. E de quebra, a questão das habilidades socioemocionais. Acabou a fase da “criatividade”, agora é material padronizado, para o ensino padronizado e que deve apoiar uma avaliação padronizada. Tudo voltado para aumentar a nota do IDEB. No conceito de educação do MEC, nota mais alta é sinônimo de boa educação, e se você quer melhorar o desempenho nos exames, deve-se ensinar aquilo que cai na prova. Portanto, é preciso estreitar o ensino nas habilidades esperadas e

que serão avaliadas. A consequência para os editores e professores era esperada. Para os estudantes, a consequência é o estreitamento curricular e o treino para os testes. (p.1).

Logo, o que vai acontecer na prática com o ensino é algo que nos interessa observar enquanto professores e pesquisadores da educação e do direito e, no tocante a este cenário em mudança, saber como temas como meio ambiente tido como transversal pelos Parâmetros Curriculares Nacionais irão compor não apenas o novo livro didático, mas, quais as estratégias pedagógicas as escolas irão se valer para o trabalho com o conhecimento deste tema visando a conscientização do coletivo para a Educação Ambiental durante o ano letivo?

CONCLUSÕES

Podemos falar que até o momento as primeiras impressões são de que o trabalho em prol do coletivo não será fácil de ser praticada entre os sujeitos catadores e que esperamos que com as escolas não haja a mesma resistência por parte dos gestores e professores para a execução do projeto. Contudo, entendemos que a oportunidade da UEMG-Cláudio participar da construção do projeto de resíduos sólidos é uma realidade e que o trabalho será de longo prazo, o que trazemos nesta escrita é apenas as primeiras impressões fruto de nosso “diário de bordo” da pesquisa que acaba de iniciar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf> acesso em: 29 de jun de 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental: **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente/ saúde. Brasília.** 128p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf>

BOVO, Marcos Clair. **Desenvolvimento da educação ambiental na vida escolar: avanços e desafios.** Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/013/13bovo.htm> acesso em 27 de junho de 2018.

CNUMAD. **Agenda 21.** Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Livro_P_Freire_Extensao_ou_Comunicacao.pdf acesso em 25 de mai de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 47º ed - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GONÇALVES, A, C, G. DIAS, Cleuza Maria Sobral. **Práticas Educativas no Contexto Escolar e as Manifestações dos Princípios da Educação Ambiental.** GT Educação ambiental nº 22. Disponível em: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/Praticas_Educativas.pdf acesso em 28 de junho de 2018.

MARANHÃO, Tatiana de P. A. **Produção Interdisciplinar de Conhecimento Científico no Brasil: temas ambientais.** Revista Sociedade e Estado - Volume 25 Número 3 Setembro/Dezembro 2010

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **PESQUISA INTERINSTITUCIONAL EM PARCEIRA: um espaço de possibilidades formativas.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 26, p. 47-59, jan./abr. 2009.